

Plebiscito já é negociado

Com a intenção de garantir votos de grande parte dos opositores, o governo voltou atrás e agora quer aprovar a proposta de emenda constitucional que antecipa de 7 de setembro para 21 de abril do ano que vem o plebiscito para a escolha da forma e sistema de governo para o País, em 95. E, mais ainda, **p r o m e t e a p o i a r o** parlamentarismo.

O futuro ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, é o encarregado da campanha. Ultimamente, ele tem feito peregrinações pelos gabinetes dos parlamentaristas, na cruzada pela antecipação. Mas não esconde, nos encontros, que depois cobrará do Congresso a aprovação de alguns pontos do Emendão.

Até o final de abril, o governo quer estar com a questão encerrada. Bornhausen já fez rasgados elogios ao substitutivo do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) ao projeto do líder tucano, deputado José Serra, sobre o parlamentarismo, já aprovado na Comissão Especial da Câmara. Mesmo assim, ele tenta desconversar, quando perguntado sobre as condições que o Planalto estaria impondo para forçar a aprovação da antecipação do plebiscito. "O governo não está negociando esta matéria", diz.

Bornhausen justifica o interesse repentino do Executivo em aprovar a antecipação, — depois de já ter dado o seu apoio quando a matéria foi colocada em votação no Senado e desistido de sua intenção, na última hora — lembrando a importância de se ter um espaço para discutir tanto o parlamentarismo quanto o presidencialismo.

O País já passou por um plebiscito para a escolha de um novo regime de governo. Foi em 1963, quando o povo optou pelo presidencialismo, para garantir os poderes ao então presidente João Goulart, que havia assumido após a renúncia de Jânio Quadros. Esta época representou, também, a segunda experiência parlamentarista no Brasil. A primeira ocorreu no governo de Dom Pedro II. (S.B.)